

**ATA 01/2024 – AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2025**

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenarinho da Câmara Municipal de Parauapebas, situado na avenida F, Bairro Beira Rio, Parauapebas/PA, reuniram-se a equipe de planejamento da Secretaria Municipal de Fazenda, Vereadores, representantes do Executivo Municipal e representantes da sociedade civil, para apresentação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias que orientará a elaboração do orçamento para o ano de 2025. A audiência iniciou com a composição da mesa de autoridades que falaram brevemente, em seguida o **SR. ANGELO JORDY**, economista lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, cumprimentou e agradeceu a todos pela presença e esclareceu como funciona o ciclo orçamentário PPA, LDO e LOA, em especial a LDO, a peça orçamentária discutida nesta audiência. Apresentou ainda a fundamentação legal desse dispositivo, o resultado do formulário com as prioridades da população, trâmite legal, estrutura do Projeto de Lei e seus anexos. Em seguida foi concedida a fala para os presentes exporem suas contribuições. O **SR. DODDY AMANCIO**, representando a Associação de Teatro de Parauapebas, abriu o debate demonstrando insatisfação com a falta de atenção do poder público com a cultura no município, em especial a construção do teatro municipal. A **SRA. ADRIANA**, representando o instituto via autismo, demonstrou insatisfação com a ausência da pessoa com deficiência na pauta de políticas do município, o reflexo disso se dá no próprio formulário apresentado para elencar as prioridades da população, sugeriu que as pessoas com deficiência sejam inclusas nas prioridades da LDO. O **SR. TONICO FERREIRA**, apresentou sua insatisfação com a desconsideração do Governo com cultura no município. **FABILSON BARROS**, representando a Associação de servidores públicos municipais, questionou sobre a incorporação do judicial, sugeriu que a próxima audiência seja no horário da noite. Respondendo aos questionamentos o **SR. ANGELO JORDY** concordou que a cultura deve ser prioridade e pontuou que as associações contribuem muito com o fomento desse segmento no município, a respeito das pessoas com deficiência pediu desculpa pela ausência no formulário e garantiu que nos próximos irão constar, sobre a incorporação do judicial esclareceu que o Executivo tem autonomia de elaborar projeto de lei sobre vencimento de servidores. A **SRA. MILENE REIS**, moradora do Complexo VS-10, manifestou insatisfação com a falta de infraestrutura no município principalmente no bairro onde reside. O **SR. CARLOS ALESSANDER**, presidente do Sindicato de Servidores Públicos Municipais (SINSEPPAR) sugeriu que fosse feito o detalhamento dos anexos da Lei e a prestação de contas. O vereador **ANDERSON MORATÓRIO**, no mesmo sentido, sugeriu que seja detalhada a estrutura do projeto para que as contribuições sejam mais efetivas. Em resposta, o técnico esclareceu não ser produtivo construir o texto da lei neste momento, mas que o Executivo encaminhará a proposta para o Legislativo e no momento em que o projeto estiver na Câmara o texto pode ser alterado, que este é o papel do vereador, mas que todas as sugestões estão sendo filtradas para serem incluídas. Quanto à prestação de contas não cabe neste momento, pois o objetivo da Audiência é apresentar a LDO. A **SRA. AUSILENE SOARES**, via autismo, demonstrou total indignação com a falta de

assistência do município com as pessoas com deficiência, que vêm sofrendo com a falta de transporte escolar, filas de espera e falta de atendimento no Centro Especializado em Reabilitação, falta de infraestrutura e diversos desafios enfrentados todos os dias por esse público e seus familiares. A **SRA. MAYA FERNANDES**, juventude e ação, apresentou as demandas da juventude e sugeriu políticas públicas que garantam o acesso de jovens no mercado de trabalho. O **SR. EDUARDO SALAZAR**, presidente do Conselho Municipal de Educação, manifestou sua indignação com a educação do município, cobrou uma postura mais ativa do Executivo municipal. O **SR. FABIANO GAMA**, contador do SINSEPPAR, criticou a gestão municipal, lembrou a queda de arrecadação do ICMS no município e se o orçamento está ade acordo com esse cenário. A **SRA. MARIA MARTA**, apresentou as demandas relacionadas ao esporte e a situação precária das quadras esportivas no município e a falta delas em alguns bairros. O **SR. CAUAN XIKRIN**, representando os povos originários da etnia Xikrin do Cateté, sugeriu que os povos originários sejam inseridos no orçamento. O **SR. PATRICK** técnico da Secretaria Municipal de Saúde, lembrou o corte de servidores e os impactos que causam na prestação dos serviços de saúde, ressaltou que há a previsão da construção do Centro Especializado em Reabilitação, que o CAPS I está sendo construído e a expectativa de ser inaugurado no final do ano corrente e não passará do início do ano seguinte. O **SR. ANGELO JORDY** esclareceu que a pessoa com deficiência e os povos originários estão previstos no orçamento municipal e foram criadas a coordenadoria da pessoa com deficiência e Coordenadoria de Políticas Indigenistas bem como seus respectivos fundos, como meio de fomentar essas políticas no âmbito municipal. Há ainda previsão orçamentária para o esporte entre outros segmentos, e quanto à juventude, esclareceu que o município pode ser realizar parcerias com empresas locais para estimular o primeiro emprego. Sanadas todas as dúvidas dos presentes e nada mais havendo a ser tratado a audiência foi encerrada às onze horas e trinta e cinco minutos, da qual eu, Luane Amorim, servidora pública municipal, lavrei a presente Ata que segue assinada por mim e pela Secretária Municipal de Fazenda do município de Parauapebas. A lista de presença encontra-se anexa.